

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e Conversas de Mulher*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013, 303 p.

Flávia do Carmo FERREIRA*

A historiadora Mary Del Priore é uma referência nos estudos sobre História das mulheres no Brasil. Autora dos clássicos: *História das Mulheres no Brasil*: conta a trajetória das mulheres desde o Brasil colonial, *Ao Sul do Corpo*: resgata a história da mulher no período colonial, *Corpo a Corpo com a Mulher*: história da mulher focada em seus corpos, *Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*: aborda temas como sexualidade e gênero ao longo da história do Brasil.

No livro *Histórias e Conversas de Mulher*, a autora nos brinda com um compilado de temas importantíssimo para tratar as várias histórias da vida privada: das mulheres negras, das parteiras, das mulheres no esporte, do corpo da mulher, entre outros. Com um texto fluido, literário e pouco acadêmico, a autora atinge o grande público leitor, porém faz poucas referências aos arquivos pesquisados. A própria autora relatou em entrevistas que quer conquistar e fazer com que suas obras cheguem também ao público de não historiadores e não acadêmicos. Para reconstruir períodos históricos utiliza várias fontes, jornais, revistas e principalmente literatura. Segundo ela:

O historiador quando vai pesquisar sobre um período, a única maneira dele entrar naquele período é através da literatura. Só lhe é dado o cenário que ele vai estudar através da descrição literária. [...] A literatura tem o papel de andar de mãos dadas com a história.¹

De fato a autora revela criatividade e predileção pela literatura ao propor uma não divisão de capítulos. O livro é dividido em três partes: *Da mulher na família a família da mulher*; *Mães as boas, as más e as outras* e *Corpo feminino: paisagens e passagens*. Aliás, é interessante ressaltar o fato de que nos últimos tempos há vários livros da autora nas listas dos mais vendidos com temas relacionados à história. Tal fato se deve à ampliação das pesquisas no âmbito da denominada História Cultural, que pensa a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelo homem para explicar o mundo, como assim define Sandra Pesavento (2008, p. 15).² Segundo ela,

* Mestre em Educação – Programa de Pós Graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. São Carlos, SP - Brasil. Membro da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana e do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física ligado ao Departamento de Educação Física e Motricidade Humana/UFSCar. Professora no Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR. E-mail: flaviaferreiraufscar@gmail.com.

cerca de 80% da produção historiográfica nacional hoje corresponde a essa corrente da historiografia que não só se expressa nas publicações especializadas.

Na primeira parte do livro, *Da mulher na família à família da mulher*, a autora estabelece um panorama do casamento desde o Brasil colônia até os dias de hoje. A autora perpassa por questões importantíssimas como o papel da mulher enquanto cuidadora da família, a entrada no mercado de trabalho e a dupla jornada de trabalho na casa e na rua. Mostra que a história do casamento está entrelaçada com a da Igreja, pois o casamento civil começou a ser obrigatório no século XIX (1890), até então a Igreja era guardiã do casamento, e revela também algumas curiosidades: a cerimônia do casamento na igreja na época colonial era muito onerosa, por isso, havia as “uniões à moda da terra”, uniões estáveis sem a benção do padre, bem como cita em vários momentos o patriarcalismo a brasileira:

[...] a singularidade da família patriarcal é que ela não se restringia ao trio: pai, mãe e filho, a família, constituía parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, empregados, amigos, parentes, escravos e agregados e laços de dependência e solidariedade uniam seus membros (p.13).

Priore relata que a sexualidade sempre foi vigiada e reprimida pela Igreja, as mulheres brancas eram trancadas em casa, já as negras “serviam para a fornicação”, não faltam nos documentos, como nas poesias de Gregório de Mattos, relatos de violência sexual e racismo (p. 37).

Ainda na primeira parte do livro, a historiadora fala de uma questão muito impregnada em nossa cultura: os duplos padrões de moral que regulam as relações entre os sexos, ou as mulheres da casa e as mulheres da rua, as mulheres brancas eram da casa, passavam da tutela do pai para a tutela do marido, as mulheres da rua, negras e mestiças, viviam menos protegidas, tinham que trabalhar e estavam sujeitas a todo tipo de exploração sexual (p. 50). Até então a autora não traz nenhuma novidade, pois, o antropólogo Roberto da Matta, em 1979, já trouxe ao debate a questão da dualidade ou o duplo padrão de moral presente em nossa cultura ao escrever *Carnavais, Malandros e Heróis*. Porém, o êxito da autora reside a trazer à tona as várias significações do casamento e da família para a mulher ao longo da história do Brasil e porquê ainda nos dias atuais o casamento é de grande importância para a satisfação pessoal da mulher, ao contrário do homem, por exemplo, que trata o casamento nas brincadeiras masculinas como uma prisão, já para a mulher é a realização do sonho.

Na segunda parte, *Mães – as boas, as más e as outras*, Priori revela como a questão da maternidade foi construída, quais foram as influências da Igreja, do Estado e da medicina. A procriação era dever da boa esposa, “uma das obrigações da mulher era redimir o erro cometido por Eva: devem sofrer com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto como pena do pecado” (p. 115). A autora descreve que, a partir do século XIX benzedeadas, parteiras e erveiras começaram a ser perseguidas pelos médicos e conseqüentemente pelo Estado, onde até então os partos eram realizados em casa por parteiras e as crianças eram cuidadas pelas benzedeadas e erveiras. O saber médico masculino começa a dominar a arte de partejar, com as mudanças nas tecnologias médicas surgiu o parto de cesárea e as parteiras foram praticamente extintas. Atualmente há um grande movimento nas escolas de enfermagem e de pesquisadores da área de saúde para o retorno ao parto natural e o questionamento ao modelo obstétrico atual. O aborto, tema de extrema relevância ao movimento feminista na atualidade, até o século XIX era tolerado pela Igreja e receitas abortivas a base de ervas eram anunciadas largamente nos jornais locais. Tudo se complicava quando o mesmo era resultado de uma ligação extraconjugal. Em 1890 o código penal da República passou a punir a mãe que arrancasse o filho do ventre (p. 169) durante o Estado Novo ressaltou-se a ideia coesão social exercida pela mulher para fortalecer a pátria e a família, onde a mulher exercia papel fundamental ao cuidar da prole e ser mantenedora da família, o que culminou na mudança do código penal, em 1940, pois a partir dali a mulher que abortasse poderia sofrer reclusão de um ano a três anos, caso abortasse, portanto as decisões sobre o corpo da mulher, ao longo da história, não pertenceram a ela e sim ao estado e ao saber médico.

Na terceira e última parte, *Corpo feminino: paisagens e passagens*, Priore nos brinda com um panorama histórico relacionado ao corpo feminino. Temas como corpo ideal, qual esporte a mulher deveria ou deve praticar, o que fazer para ter um corpo feminino e desejado. Enfim, questões extremamente atuais e relevantes para o entendimento da condição social da mulher. Assim, lemos que: “Apesar da pobreza material que caracteriza a vida diária no Brasil colônia a preocupação feminina com aparência não era pequena, porém, controlada pela Igreja” (p. 186), pois, a mulher tornava-se perigosa ao ressaltar sua beleza e era associado ao instrumento do pecado, o sexo. Padrões de beleza disseminados no passado como ancas largas não tem mais valor, pois, nos dias atuais o corpo feminino deve ser magro o que gera certa aversão a gordura corporal, a autora utiliza o termo “lipofobia”, as mulheres tem medo da gordura que é associado a um padrão de beleza feio. A partir do século XIX, as mulheres

brancas e burguesas, começam a sair de casa e colocarem os seus corpos em movimento, esportes como natação eram recomendados por serem higiênicos e estéticos (219) e também transformavam as mulheres em sereias (p. 227). Portanto, o padrão de beleza colocado no século XIX era de um corpo delicado, branco e com cabelos loiros e longos.

O que podemos perceber é que ainda hoje o padrão é, em certa medida, parecido com o que é mostrado pela historiadora em relação ao século XIX: padrão de beleza magro, branco e com cabelos loiros, ou seja, as mulheres ainda estão presas a esse ideal de beleza que muitas vezes é associado à felicidade, não é a toa que temos vários estudos sobre transtornos alimentares, como anorexia e bulimia, atrelado a questão da não aceitação do corpo. Padronização da beleza feminina – e porque não da masculina? – abre o debate para questões sobre o que é masculino e feminino e por que as fronteiras do feminino e masculino são deixadas à margem, tudo que não é classificado como feminino ou masculino, ou seja, o que é considerado travesti, transexual, homossexual e a prostituta são deixados à margem e vivem envoltos a preconceitos. A escola não aceita, o Estado muito menos, talvez o caminho, como a própria autora ressalta, esteja em desconstruir ideias propagadas por toda a história sobre o que é ser mulher, o que é ser feminina, o que é ser homem e o que é a masculinidade. Por que temos que viver papéis tão delimitados culturalmente? Essa é a pergunta que nos fica desse livro instigante.

Notas

¹ DEL PRIORI, M. Entrelinhas, TV Cultura, São Paulo, 30 maio 2014. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=WYZdjLAp8R8>. Acesso em: 01 de jun. 2014.

² PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Resenha recebida em: 01/12/2013. Aprovada em: 15/01/2014.